

## NESTA QUINTA

# Audiência discute regulamentação do transporte de passageiros por aplicativo

**A reunião está marcada para iniciar às 19h, no Centro Cultural**

Redação DS

A Câmara Municipal promove nesta quinta-feira, dia 10 de março, audiência pública para tratar sobre o tema 'Transporte Individual de Passageiros por Aplicativo'. A reunião está marcada para iniciar às 19h, no anfiteatro do Centro Cultural. O encontro é aberto à comunidade.

Requerida pelos vereadores Professor Sebastian (PTB) e Eduardo Sanches (União Brasil), a audiência busca, através da participação popular, colaborar de forma conjunta para a regulamentação do serviço, antes da votação do Projeto de Lei nº 186/2021, em tramitação no Legislativo.

“Já faz alguns anos que o serviço existe em nosso

município e já tivemos, em tempos anteriores, alguns debates sobre essa proposta no Poder Legislativo e outras instâncias do Município. Mais uma vez o tema está na pauta, desta vez por meio de um projeto de lei do Executivo, o projeto 186, que justamente busca regulamentar a profissão em Tangará da Serra, sob

“  
Espaço de  
diálogo e  
de harmonia  
entre  
as opiniões

vários aspectos”, destaca o vereador Professor Sebastian, ao afirmar que, no desejo de tornar público o assunto, que a audiência foi convocada.

Para promover o debate, será reservado aos representantes da categoria a

oportunidade de se manifestarem para apresentar, formalmente, indicações e reivindicações de melhorias que visem organizar o segmento.

“(…) Para discutirmos e melhorarmos o debate sobre a questão do serviço do transporte privado por aplicado em Tangará. Mobilidade urbana é um tema que está na mira do Executivo Municipal e eu, como líder do Governo na Câmara, tento dialogar sobre este e outros assuntos com os nobres colegas e população e a audiência deseja ser mais uma vez esse espaço de diálogo, de publicidade do tema e de harmonia entre as opiniões”.

O Projeto de Lei nº 186/2021 passa por fase de contribuições e voltará ao plenário após a formatação da proposta. Caso seja aprovado, o projeto será encaminhado ao prefeito Vander Masson (PSDB), que poderá sancionar ou vetar. (Com informações da Assessoria de Imprensa)



O encontro é aberto à comunidade

A black and white photograph of a middle-aged man with a receding hairline, smiling at the camera. He is wearing a dark suit jacket, a light-colored dress shirt, and a dark, diagonally striped tie. He is seated at a dark desk, with his right hand resting on the surface. A gooseneck microphone is positioned in front of him. The background is a plain, light-colored wall.

**Vereador Neucireno Francisco Gomes**

NOVA MARILÂNDIA

# Vereador é denunciado por improbidade administrativa

## Denúncia foi acatada pela maioria dos vereadores

REDAÇÃO DS / Assessoria

A Câmara Municipal de Nova Marilândia, por quatro votos a três, acatou a denúncia em desfavor ao vereador Neucireno Francisco Gomes (MDB), feita por um eleitor, por violar os princípios administrativos.

A denúncia foi discutida e acatada durante sessão realizada na noite da última segunda-feira, dia 7 de março. Foram favoráveis os vereadores Ítalo Raçal, Fábio Soares, Manoel Fernandes e Tatiana Dalfior; e contrários Valmir Lei-

te, Elzo Picalho e Paulo Wagner.

Na denúncia, protocolada no último dia 25 de fevereiro, o município afirma que o parlamentar se licenciou do cargo para resolver “problemas pessoais”, e também, por ser efetivo da Câmara de Vereadores no cargo de motorista, requereu sua licença prêmio de três meses. “Sendo assim, apenas desvinculou do ato legislativo, ainda mantendo vínculo

**“**  
**Vereador**  
**então manteve**  
**vínculo com**  
**dois órgãos**  
**públicos**

empregatício com a Câmara de Vereadores (gozando do seu período de férias)”, descreve a denúncia, ao explicar que neste período de licença prêmio, contudo, o vereador teria sido nomeado em órgão estadual.

“Ou seja, o vereador não estava resolvendo problemas pessoais e muito menos gozando do período de licença-prêmio, estava em busca de altas cifras, no qual o vereador então manteve vínculo com dois órgãos públicos, assim violando os princípios administrativos”, denuncia.

O pedido, que pede a cassação do vereador, foi lido em plenário na sessão realizada na noite da última segunda-feira, 7, e agora segue o rito estabelecido para apurar os fatos.